

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E AS NOVAS PERSPECTIVAS DOS SABERES CIENTÍFICOS 5

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E AS NOVAS PERSPECTIVAS DOS SABERES CIENTÍFICOS 5

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^ª Dr^ª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Dr^ª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^ª Dr^ª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^ª Dr^ª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^ª Dr^ª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^ª Dr^ª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^ª Dr^ª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof^ª Dr^ª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof^ª Dr^ª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^ª Dr^ª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof^ª Dr^ª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof^ª Dr^ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª Dr^ª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof^ª Dr^ª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof^ª Dr^ª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof^ª Dr^ª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^ª Dr^ª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof^ª Dr^ª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^ª Dr^ª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof^ª Dr^ª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^ª Dr^ª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof^ª Dr^ª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^ª Dr^ª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^ª Dr^ª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^ª Dr^ª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof^ª Dr^ª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^ª Dr^ª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof^ª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^ª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof^ª Dr^ª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^ª Dr^ª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof^ª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Prof^ª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^ª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Ma. Lilians Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^ª Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof^ª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Prof^ª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof^ª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Prof^ª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof^ª Dr^a Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Prof^ª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Prof^ª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Prof^ª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof^ª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof^ª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L755 Linguística, letras e artes e as novas perspectivas dos saberes científicos 5 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-5706-875-5
 DOI 10.22533/at.ed.755210403

1. Linguística. 2. Letras. 3. Artes. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.
 CDD 410

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E AS NOVAS PERSPECTIVAS DOS SABERES CIENTÍFICOS – VOL. V**, coletânea de vinte e um capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área das Letras e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Temos, nesse quinto volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em linguística; estudos sobre formação docente e ambiente escolar; e estudos sobre inclusão.

Estudos em linguística, com treze contribuições, traz análises sobre interacionismo sociodiscursivo, análise discursiva, dialogismo em narrativas orais, linguagem e direito, livro didático e gêneros textuais.

Em estudos sobre formação docente e ambiente escolar, com seis capítulos, são verificadas contribuições que versam sobre internacionalização universitária, formação docente e ensino de leitura, base nacional curricular, gestão universitária e bibliotecas escolares.

Por fim, estudos sobre inclusão, com dois estudos, aborda questões como surdez e LIBRAS.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O QUADRO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO DO INTERACIONISMO SOCIODISCURSIVO E O SIGNO SAUSSURIANO COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL	
Barthyra Cabral Vieira de Andrade Rafaela Cristina Oliveira de Andrade Francisca Raquel Alves Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.7552104031	
CAPÍTULO 2	13
ANÁLISE DISCURSIVA EM TOADAS DE BOI BUMBÁ	
Maria Celeste de Souza Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.7552104032	
CAPÍTULO 3	26
É POSSÍVEL TEMATIZAR SABERES E PRÁTICAS JURUNA POR MEIO DE CAMPOS LEXICAIS ESPECÍFICOS?	
Iago David Mateus	
DOI 10.22533/at.ed.7552104033	
CAPÍTULO 4	38
O DIALOGISMO EM NARRATIVAS ORAIS DE MORADORES DA COMUNIDADE MACURANY, EM PARINTINS-AM	
Almiro Lima da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7552104034	
CAPÍTULO 5	52
A CRISE DA LEGITIMIDADE: ANÁLISE DO DISCURSO DE PODERES LOCAIS	
Carolline Leal Ribas	
DOI 10.22533/at.ed.7552104035	
CAPÍTULO 6	66
UMA LEITURA DA VIRGINDADE FEMININA NO ORDENAMENTO JURÍDICO CÍVIL BRASILEIRO: A (RE)CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE	
Claudia Maris Tullio Cindy Mery Gavioli-Prestes	
DOI 10.22533/at.ed.7552104036	
CAPÍTULO 7	79
TEMPO E ESPAÇO EM CARTAS ESCRITAS POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE	
Bárbara Luísa Teixeira Diniz da Fonseca Fulton Maria Eduarda Faria de Souza Cristiane Carneiro Capristano	
DOI 10.22533/at.ed.7552104037	

CAPÍTULO 8	92
CONCEPÇÕES DE APRENDIZAGEM NAS ATIVIDADES DE UM LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DESTINADO AO 9º ANO	
Jeniffer Streb da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7552104038	
CAPÍTULO 9	110
O ANÚNCIO PUBLICITÁRIO EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA: DETERMINAÇÕES E REPERCUSSÕES DO PARECER CNE/CEB Nº 15/2000	
Nathalee Paloma Souza Vieira	
Shirlei Marly Alves	
DOI 10.22533/at.ed.7552104039	
CAPÍTULO 10	126
AS TIPOLOGIAS INTERTEXTUAIS NAS PERSPECTIVAS DA LINGUÍSTICA TEXTUAL E DA TEORIA DOS GÊNEROS: ANÁLISES DAS CLASSIFICAÇÕES TIPOLÓGICAS NO PORTAL WEB EDUCATIVO “EDUCAÇÃO.PORTUGUÊS”	
Mirna Bispo Viana Soares	
DOI 10.22533/at.ed.75521040310	
CAPÍTULO 11	142
O GÊNERO COMENTÁRIO <i>ONLINE</i> NA ESCOLA: DESENVOLVENDO HABILIDADES PARA UMA COMPREENSÃO RESPONSIVA E ÉTICA	
Eliane Pereira dos Santos	
Maria Francisca da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.75521040311	
CAPÍTULO 12	155
O ENSINO DO GÊNERO TEXTUAL PETIÇÃO INICIAL – UMA EXPERIÊNCIA COM SEQUÊNCIA DIDÁTICA	
Claudia Maris Tullio	
Cindy Mery Gavioli-Prestes	
DOI 10.22533/at.ed.75521040312	
CAPÍTULO 13	166
O GÊNERO FÁBULA COMO UMA PROPOSTA DE ENSINO DA LEITURA E INTERAÇÕES NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Antonieta Cabral da Silva	
Janailma Ramos da Silva	
Lidiane da Silva	
Maria Aparecida de Albuquerque Fernandes Ramalho	
Zilma Alves Araújo Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.75521040313	

CAPÍTULO 14.....	178
OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO PARA A PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS EM LÍNGUA INGLESA NA PERSPECTIVA DA INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA	
Walkiria França Vieira e Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.75521040314	
CAPÍTULO 15.....	200
PROFESSOR MEDIADOR DE LEITURA: A IMPORTÂNCIA E A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO DE LEITURA	
Vanusia Amorim Pereira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.75521040315	
CAPÍTULO 16.....	212
O DISCURSO DOCENTE SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDO SOBRE O DOCUMENTO	
Geraldo Generoso Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.75521040316	
CAPÍTULO 17.....	226
AUTORRETRATO DE PROFESSORES DE INGLÊS DA ESCOLA PÚBLICA EM SANTARÉM: UMA DESCRIÇÃO FENOMENOLÓGICA	
Nilton Hitotuzi	
DOI 10.22533/at.ed.75521040317	
CAPÍTULO 18.....	242
O GESTOR UNIVERSITÁRIO E SEU DISCURSO	
Karina Coelho Pires	
Mercedes Fátima Canha Crescitelli	
DOI 10.22533/at.ed.75521040318	
CAPÍTULO 19.....	255
BIBLIOTECAS ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE IRATI - PR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Regina Chicoski	
DOI 10.22533/at.ed.75521040319	
CAPÍTULO 20.....	274
DESAFIOS PARA FORTALECER A SURDIDADE: ANÁLISE DA PROPOSTA DE REDAÇÃO ENEM-2017- QUE LUGAR OCUPAMOS NA HISTÓRIA ATUAL?	
Giovana Maria de Oliveira	
Silvana Elisa de Moraes Schubert	
DOI 10.22533/at.ed.75521040320	
CAPÍTULO 21.....	285
TEMAS E ACESSÓRIOS PARA MEDIAÇÃO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS EM LIBRAS	
Alexsandra de Melo Araújo	
Márcia Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.75521040321	

SOBRE O ORGANIZADOR.....	298
ÍNDICE REMISSIVO.....	299

CAPÍTULO 12

O ENSINO DO GÊNERO TEXTUAL PETIÇÃO INICIAL – UMA EXPERIÊNCIA COM SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 18/12/2020

Claudia Maris Tullio

(UNICENTRO)

Guarapuava, Paraná

<http://lattes.cnpq.br/9417865332945400>

Cindy Mery Gavioli-Prestes

(UNICENTRO)

Guarapuava, Paraná

<http://lattes.cnpq.br/4360274523411118>

RESUMO: O presente trabalho tem como eixo um estudo interdisciplinar dos Estudos da Linguagem e do Direito, em específico o Processo Civil. Objetivou-se analisar o gênero petição inicial a fim de compreender sua arquitetura linguística discursiva e determinar uma sequência didática que possibilitasse a compreensão seu funcionamento. A pesquisa é qualitativa, bibliográfica centrada em Bronckart (2003), Dolz e Schneuwly (2004), Marcuschi (2003), e de campo. A sequência didática foi desenvolvida com os acadêmicos do 2º semestre do Curso de Direito do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE), Ponta Grossa – Paraná, no 2º semestre de 2014. A análise das produções posteriores ao processo de sequenciação comprovaram a necessidade de efetivo conhecimento por parte do discente do gênero a ser trabalhado.

PALAVRAS - CHAVE: Gêneros jurídicos, Sequência didática, Interdisciplinaridade.

TEXTUAL GENRE TEACHING START PETITION - AN EXPERIENCE WITH TEACHING SEQUENCE

ABSTRACT: The present work focuses on an interdisciplinary study of Language and Law Studies, specifically the Civil Procedure. The objective was to analyze the genre of petition in order to understand its linguistic discursive architecture and to determine a didactic sequence that would enable the understanding of its functioning. The research is qualitative, bibliographic centered on Bronckart (2003), Dolz and Schneuwly (2004), Marcuschi (2003), and field. The didactic sequence was developed with academics from the 2nd semester of the Law Course at the Higher Education Center of Campos Gerais (CESCAGE), Ponta Grossa - Paraná, in the 2nd semester of 2014. The analysis of the productions after the sequencing process proved the need of effective knowledge on the part of the student of the genre to be worked.

KEYWORDS: Legal genres, Following teaching, Interdisciplinarity.

1 | INTRODUÇÃO

Propomos um estudo interdisciplinar dos Estudos da Linguagem e do Direito, em específico, o Direito e Processo Civil. Entendemos a interdisciplinaridade como algo além do “diálogo” entre os saberes e/ou as disciplinas, pois ela decorre da atitude dos profissionais, dos pesquisadores, dos professores envolvidos.

Desde os primórdios da história humana,

desenvolveram-se diversas espécies de atividades sociais, nas quais se produziram várias espécies de textos adequados a elas. Os estudos bakhtinianos atribuem a esses —textos a nomenclatura gêneros do discurso, vistos como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (Bakhtin, 1979/2003, p. 262) e sempre marcados sócio historicamente por estarem intrinsecamente relacionados às situações da vida.

Esta concepção de gênero implica a noção de língua como atividade sócio histórica e cognitiva, o lugar de interação dos seres humanos em que os gêneros se organizam na forma de ações sócio discursivas, a fim de agir sobre o mundo, e auxiliar na sua construção.

Castilho (2002, p.11) aponta que, nessa concepção, “[...] a língua é um conjunto de usos concretos, historicamente situados, que envolvem sempre um locutor e um interlocutor, localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico conversacional previamente negociado”.

Percebemos, então, que a língua nunca é única, enquanto meio vivo e concreto, ao contrário, deve ser vista como um imenso conjunto de variedades lexicais, fonéticas, morfológicas, sintáticas. No entanto, mesmo que a linguagem possibilite ampla variação, os interlocutores são capazes de negociar significados a fim de compreenderem e serem compreendidos. Afinal, a interpretação do real e os valores, revelados por meio da linguagem, estão condicionados às circunstâncias sociais, históricas e culturais nas quais o sujeito está inserido.

Ao criarem um texto, escrito ou falado, os agentes do ato interativo processam as informações do mundo real, a fim de organizarem-nas discursivamente, observando o propósito e o contexto em que se dá a construção do texto.

Há, na literatura, os termos gêneros do discurso e gêneros textuais. Em nossa pesquisa, optamos por assumir a nomenclatura gêneros textuais, embasados em Bronckart (2003), Adam (1999) e Marcuschi (2003, 2008).

Bronckart (2003, p.75) chama de:

[...] texto toda unidade de produção de linguagem situada, acabada e auto-suficiente (do ponto de vista da ação ou da comunicação). Na medida em que todo texto se inscreve, necessariamente, em um conjunto de textos ou em um gênero, adotamos a expressão gênero de texto em vez de gênero de discurso.

O fato de todo texto estar inscrito em um gênero constitui também um fator de economia linguística, pois a escolha depende da situação sócio comunicativa, da finalidade da ação, dos seus participantes e do momento histórico, procuramos dentre os gêneros existentes aquele que se ajusta àquilo que esperamos. Cabe salientar que os gêneros são infinitos, estão em constante modificação, pois, no dizer de Bakhtin (1992, p. 279), “[...] a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa”.

Tendo como aporte teórico as teorias do texto e do discurso (sobretudo no que tange aos gêneros textuais e às sequências textuais) buscamos o gênero jurídico petição inicial por se tratar da iniciativa da prestação jurisdicional em 1ª instância na fase judicial. Percebemos que os acadêmicos, na maioria das vezes, ao elaborar as petições iniciais, buscavam modelos em manuais de petições sem se preocuparem em compreender a estrutura linguística e o funcionamento do gênero em questão.

Cabe salientar que os elementos formais se encontram previstos no ordenamento jurídico, em específico, no Código de Processo Civil. O Interacionismo Sociodiscursivo (doravante ISD) entende serem os discursos “fundadores da pessoa pensante e consciente” (Bronckart, 2003, p.8), pois a pessoa se apropria de discursos de outros para se desenvolver. Bronckart (2003, p. 8) ressalta ainda o fato de que o desenvolvimento humano só se dá “efetivamente sob o efeito de intervenções sociais”.

A pesquisa é qualitativa, interpretativista. Caracteriza-se como uma pesquisa ação, a qual “é este tipo de pesquisa constitui um meio de desenvolvimento profissional de “dentro para fora”, pois parte das preocupações e interesses das pessoas envolvidas na prática, envolvendo-as em seu próprio desenvolvimento profissional” (ENGEL, 2000,182), além de ser bibliográfica centrada nos autores Bronckart (2003), Dolz e Schneuwly (2004), Marcuschi (2003) e documental de petições iniciais da área Civil.

2 | REFLEXÕES TEÓRICAS

O termo gênero remonta aos gregos, com Platão e com Aristóteles e seus estudos a respeito da retórica; considerada na Antiguidade Clássica como uma arte, teve seu desenvolvimento voltado para capacitar tanto escritores quanto oradores na produção de gêneros, observados os propósitos e audiências.

As contribuições de Aristóteles para a constituição dos gêneros do discurso foram fundamentais, ao enfatizar o locutor, o interlocutor e o assunto. Sua perspectiva teórica associa formas, funções e tempo. Segundo ele, há três gêneros de discurso retórico: o deliberativo (no sentido de aconselhamento ou desaconselhamento relativo ao tempo futuro); o jurídico (com a função acusativa ou de defesa, portanto referente ao passado) e o demonstrativo ou epidítico (com vistas à censura ou ao elogio no tempo presente).

Ademais, comumente ao falar-se em gênero, lembramos da divisão tradicional de gêneros literários, a saber: lírico, épico e dramático. Estes se subdividem em sonetos, cantigas, tragédias etc. Nesse prisma, o gênero caracteriza-se por ser primário e primordialmente literário, é definido por certas regularidades textuais de forma e conteúdo, além de ser fixo e imutável, é também passível de classificações e subclassificações.

Contemporaneamente, os estudos a respeito de gênero pressupõem a noção de um contexto mais amplo, social e cultural, em que a linguagem é utilizada. Como mencionado nos itens anteriores, esses estudos têm como ponto de partida as reflexões bakhtinianas

acerca de gênero, discurso e enunciado.

Para o pensador russo, os gêneros são determinados historicamente (essa é a importância do contexto sociocultural), e as intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, geram usos sociais determinantes dos gêneros, os quais dão forma ao texto.

Como em toda área do saber, os estudos da linguagem comportam várias perspectivas teóricas acerca dos gêneros, ressaltamos o ponto inicial: os estudos de Bakhtin.

Nossa pesquisa é embasada nos escritos de Bakhtin (1979/2003), Bronckart (2003), Adam (1999) e Marcuschi (2003) a respeito dos gêneros textuais. E ao adotar os pressupostos teóricos desses autores, entendemos a língua como atividade social, histórica e cognitiva, postulando sua natureza funcional e interativa. E é justamente nesse aspecto sócio interativo da língua (nesse contexto), que os gêneros textuais se organizam como ações sócio discursivas para agir sobre o mundo bem como para dizê-lo e construí-lo. As questões relativas aos gêneros (discursivos ou gêneros textuais) constituem objeto de estudo, pesquisa e reflexão permanente na Linguística Textual, principalmente a partir da divulgação dos textos de Bakhtin, em especial na segunda metade da década de 1990.

Assim, a designação de gêneros textuais ou de gêneros discursivos depende dos objetivos de cada pesquisa. Adotamos a expressão gênero textual por descrevermos a materialidade linguística dos gêneros jurídicos, mas buscamos respaldo na Análise Crítica do Discurso para confrontarmos as descrições textuais com os aspectos sócio-históricos de produção dos gêneros.

O Interacionismo sociodiscursivo, doravante denominado ISD, encontra-se inserido no movimento do interacionismo social que prega serem as propriedades das condutas humanas o resultado de um processo histórico de socialização.

O ISD nasceu com os pesquisadores do grupo de Genebra, dentre eles Jean-Paul Bronckart, Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz. Um de seus aspectos centrais é ponderar não apenas os estudos linguísticos, mas também fazer uso da psicologia e da sociologia para analisar os eventos interacionais, considerando a língua como prática humana e, portanto, social.

Bronckart (2003) assevera que nossas interações sociais ocorrem pela produção de discursos, motivo pelo qual denominou sua perspectiva teórico-metodológica de interacionismo sociodiscursivo.

As bases teóricas do ISD perpassam a teoria do desenvolvimento de Vygostky (1989), a teoria bakhtiniana da linguagem (1979/2003) e a teoria do agir comunicativo de Habermas (1987). Fundamenta-se de forma mais radical em Vygotsky (1989), no campo da psicologia, atribuindo à linguagem e à interação um papel central no desenvolvimento humano.

Ressaltamos ser um dos pontos centrais da teoria interacionista sócio discursiva a delimitação do contexto de produção do texto, pois, para Bronckart, é este contexto que

determinará as características organizacionais do texto, e este é, nesta teoria, um todo relacionado com o contexto. Postula serem importantes para a compreensão do texto tanto o contexto físico quanto o sócio subjetivo. O primeiro é composto pelo lugar de produção, momento de produção, o emissor ou produtor, o receptor ou quem recebe o texto. O contexto sócio subjetivo é integrado pelo lugar social, posição social do emissor, posição social do receptor e objetivo. O ISD, ao enfatizar as condições externas de produção dos textos, suscita a noção de gênero de texto e de tipos de discurso, amplamente discutidas por Bronckart (2003). Os gêneros de texto são meios de aproximar os indivíduos em uma dada relação social.

Os manuais de petições (digitais ou não) são intertextos destes gêneros. O termo intertexto, na acepção de Bronckart (e não da linguística textual), é utilizado para indicar o conjunto de gêneros textuais produzidos pelas gerações anteriores, tais como são utilizados e algumas vezes transformados pelas formações sociais.

Segundo Bronckart (2003, p.137),

[...] na escala sócio-histórica, os textos são produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais: em função de seus objetivos, interesses e questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos, que apresentam características relativamente estáveis (justificando-se que sejam chamadas de gêneros de texto) e que ficam disponíveis no intertexto como modelos indexados, para os contemporâneos e para as gerações posteriores.

Os manuais de petições e certos sites jurídicos da Internet fornecem ao leitor intertextos de vários gêneros jurídicos, auxiliando os profissionais, muitas vezes inexperientes, a produzir o gênero adequado à determinada situação sócio comunicativa. Os elementos essenciais de cada gênero são previstos em ordenamento legal, porém os modelos funcionam como exemplos que podem ser seguidos.

Da mesma forma, quando aprendemos a elaborar uma carta pessoal ou comercial é comum recorrermos a modelos para termos certeza de que colocamos todos os elementos necessários para que o texto configure uma carta.

Inspirados nos trabalhos dos autores acima mencionados, consideraremos os gêneros textuais como a pluralidade de textos que se realizam nos ambientes discursivos. Os gêneros são materializações linguísticas de discursos textualizados, com estruturas relativamente estáveis, e disponíveis no intertexto para serem atualizadas nos mais diversos eventos discursivos.

Conforme a teoria bakhtiniana, o discurso está presente no fazer humano em sociedade, ou seja, a atividade humana está impregnada de discursos, os mais diversos e possíveis quanto à variedade de ações do ser humano. Ao produzir um enunciado, o homem dá forma a um discurso, ao mesmo tempo, que responde a discursos anteriores e antevê respostas a discursos posteriores. Assim, essas relações fazem com que o enunciado seja

provido de discurso e, ao mesmo tempo, seja sua realização efetiva na sociedade.

É pelo e no discurso que o sujeito se constitui como tal, interagindo com os demais. O interacionismo sociodiscursivo entende serem os discursos “fundadores da pessoa pensante e consciente” (Bronckart, 1998, XVII), pois a pessoa se apropria de discursos de outros para se desenvolver. Bronckart ressalta ainda o fato de que o desenvolvimento humano só se dá “efetivamente sob o efeito de intervenções sociais”.

O discurso jurídico, nessa teoria, é aquele produzido no seio do domínio discursivo jurídico. Esse domínio compõe práticas discursivas, dentro das quais se pode identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhe são próprios, como a sentença judicial.

Logo, o domínio discursivo jurídico propicia o aparecimento do discurso jurídico que, por sua vez, é identificado também pelos gêneros textuais emergentes deste domínio.

No dizer de Bazerman (2005), ao conhecermos os gêneros textuais presentes no ambiente jurídico, podemos escolher aquele que atende aos objetivos de nossa situação sócio comunicativa, já sabendo quais serão as reações das outras partes envolvidas no processo interacional. Para obter a dissolução dos vínculos matrimoniais (contratuais), selecionamos os gêneros: ação de separação amigável, ação de separação litigiosa, ação de conversão de separação em divórcio, ação de divórcio ou ainda ação de anulação, observando os elementos indispensáveis de cada gênero. Por exemplo, se optarmos pelo gênero ação de separação amigável, temos o conhecimento prévio de que as partes concordam com os termos da dissolução e o juiz responsável por julgar o processo verificará primeiramente a hipótese de reconciliação. Sendo ela impossível, proferirá o gênero sentença, autorizando o distrato, o qual acarretará algumas mudanças socioeconômicas nas vidas dos interessados. Mas será com a conversão da separação em divórcio que as partes envolvidas poderão adquirir alguns direitos, tais como a possibilidade de efetuar novo contrato matrimonial de acordo com os preceitos legais: e a mulher se desejar, hoje, pode voltar a usar o sobrenome de solteira.

O exemplo acima reforça o fato de os gêneros estarem em contínuo movimento, acompanhando as mudanças nas formações sociais em que se encontram, pois, até 1977, no Brasil, não era permitido o divórcio. Com a publicação da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, alterou-se o discurso presente até então no domínio discursivo jurídico.

Assim, os acadêmicos, nas disciplinas de Português Forense, Prática Forense Civil e Penal, recorrem aos manuais de petições para elaborarem as peças processuais solicitadas nas respectivas disciplinas. Dentro da perspectiva de nossa pesquisa, quando compreendemos o gênero petição inicial, dominamos uma forma de realizar linguisticamente nossos objetivos específicos, seja de requerer um alvará, uma ação de despejo etc., de acordo com a situação sócio discursiva em que estamos inseridos.

Destarte, os textos são unidades, cuja organização e funcionamento, dependem de parâmetros diversos e heterogêneos: modelos dos gêneros, modelos dos tipos discursivos, situações de comunicação, entre outros. O gênero adotado para realizar a ação de

linguagem deve ser eficaz quanto ao objetivo visado, ser apropriado aos valores do lugar social implicado e aos papéis que este gera e deverá contribuir para promover a imagem de si que o agente submete à avaliação social de sua ação.

Tendo em mente esses apontamentos, o que se mostra bastante clara é a importância de compreender o que são os gêneros e de que forma podem ocorrer. É pensando nisso que se verifica a importância da sequência didática que para Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 96) pode ser conceituada como sendo “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”. Portanto, esse procedimento colabora com o domínio de um gênero, em seu sentido mais amplo, visto que se configura como um procedimento relevante para o trabalho com o gênero de uma forma eficaz. Para os autores supracitados, “as sequências didáticas servem, portanto, para dar acesso a práticas de linguagem novas ou dificilmente domináveis” (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEUWLY, 2004, p. 97).

Ainda apresentando essa proposta, os autores apresentam uma estrutura de base da sequência didática que consiste em uma apresentação da situação, uma produção inicial, módulos (quantos forem necessários) e uma produção final, como podemos observar na figura 1.

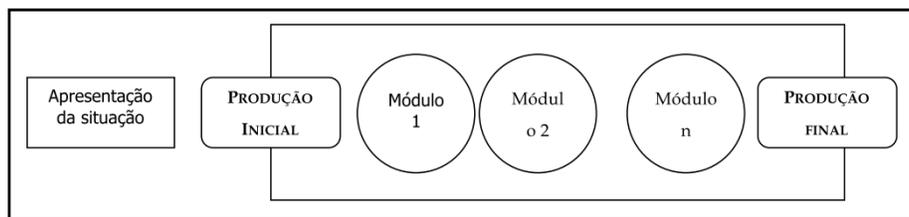


Figura 1: Estrutura de base de uma sequência didática

Fonte: DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEUWLY, 2004, p. 97

Com esse esquema, os autores sugerem que, ao trabalhar com um gênero textual, como a petição inicial, iniciemos expondo, detalhadamente, o que será proposto aos alunos, para que em seguida eles realizem uma primeira produção escrita. A partir desse texto, o professor pode observar e avaliar as capacidades que já foram adquiridas e, então, propor atividades que possam contribuir com o desenvolvimento de capacidades não adquiridas. Elas comporiam os módulos previstos, ou seja, em cada módulo é possível de se abordar um conhecimento importante para a melhor compreensão e desenvolvimento do gênero em questão. Apenas depois desse período de estudo, de reflexão e de prática é que o aluno faria sua produção final.

Levando em consideração o que foi exposto aqui, passamos para a nossa análise.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A hipótese que norteou nosso caminho foi que ao trabalhar com a sequência didática, os acadêmicos teriam maiores subsídios para elaboração de suas peças processuais.

Dessa forma, elencamos como objetivo geral analisar o gênero jurídico petição inicial a fim de compreender sua arquitetura linguística discursiva. Como objetivos específicos, estabelecemos observar os elementos linguísticos do gênero; determinar uma sequência didática que possibilitasse a compreensão do funcionamento do gênero.

A fim de alcançarmos os objetivos propostos, optamos pela realização de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Bogdan e Biklen (1982), “a investigação qualitativa é descritiva” (p. 48) e “os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos” (p. 49). A pesquisa é de natureza bibliográfica centrada em autores anteriormente mencionados, documental e de campo.

Foram coletadas e analisadas 10 petições iniciais produzidas na Comarca de Ponta Grossa – Estado do Paraná, de 2000 a 2013, da área Cível, produzidas por diversos agentes textualizadores. A sequência didática foi desenvolvida com os acadêmicos do 2º semestre do Curso de Direito do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE), Ponta Grossa – Paraná, no 2º semestre de 2014.

E, ao tomarmos como *cópus* a petição inicial, cabe mencionar o que é e como se constitui, no âmbito legal, visto ser objeto de normatização. É por intermédio da petição inicial que o autor, por meio de seu advogado, manifesta, por escrito, ao juízo os fatos 200 geradores da proposição e o Direito que fundamenta o seu pedido. Posteriormente ao conhecimento dos aspectos legais que norteiam a estrutura do gênero a ser trabalhado, passamos a explorar as peças processuais coletadas pela pesquisadora.

Nesse momento, percebemos a dificuldade de leitura de grande parte dos discentes motivada ora pelo léxico empregado, ora por falta de conhecimento de mundo. Fez-se necessário, dessa forma, trabalhar outras peças processuais cedidas pelo escritório jurídico da Instituição de Ensino (IES) para que a metodologia de leitura progredisse. Subsequentemente, a partir do proposto pelo ISD, teoria trabalhada com os acadêmicos, selecionamos, para análise, um gênero petição inicial escolhido aleatoriamente dentre as que compõem nosso *cópus*. Posteriormente, elaboramos uma sequência didática para leitura do gênero petição inicial.

A sequência didática tem como principal característica o fato de trabalhar com gêneros, auxiliando o educando a compreender alguns de forma completa; “as sequências didáticas servem, portanto, para dar acesso aos alunos a práticas de linguagem novas ou dificilmente domináveis” (DOLZ, NOVERRAZ E SCHNEUWLY 2004, p. 98). Os autores acima citados esclarecem algumas particularidades de ordem metodológica para que esse trabalho não se torne estagnado, como mencionado anteriormente. Dessa maneira,

ressaltam o fato de que o tempo utilizado para o desenvolvimento do procedimento, assim como o percurso realizado pelo docente, não necessitam ser rigorosamente adotados. Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 127) ressaltam “que é de partir do que já está adquirido pelos alunos para visar a objetivos de aprendizagem relacionados com suas capacidades reais [...]” que as sequências não devem ser consideradas como um manual a ser seguido passo a passo. Para o professor, a responsabilidade é efetuar escolhas, em diferentes níveis.

Portanto, a sequência que se sugere nasceu de uma experiência em sala a partir das dificuldades dos discentes e docente no dia a dia. A “proposta só assume seu sentido completo se as atividades desenvolvidas em sala de aula, e não o material à disposição, forem determinadas pelas dificuldades encontradas pelos alunos na realização da tarefa proposta” (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, p. 127).

Organizamos a sequência didática a partir de quatro procedimentos gerais de leitura do gênero petição inicial.

O primeiro diz respeito a identificar no gênero os elementos prescritos em legislação necessários para admissão legal da peça processual, conforme comentado anteriormente.

O segundo busca compreender o objetivo, o contexto de produção e o plano textual global.

No terceiro procedimento, o acadêmico deve descobrir os tipos de discurso, tipos de sequência e modalização. Cabe salientar que no nosso caso houve necessidade de parar a sequência nessa etapa, retomar os conceitos, trabalhá-los, inclusive em outros gêneros, para prosseguir o método. Foram necessárias várias produções textuais com sequências narrativas e argumentativas, inclusive para rever os elementos da narrativa, a questão da temporalidade, os tipos de argumento, dentre outros elementos.

O último módulo detém-se para as questões relativas à coesão nominal, coesão verbal, vozes, além de uma apreciação crítica do gênero analisado.

Ao final, houve a produção do gênero petição inicial conforme proposições de casos hipotéticos e os acadêmicos conseguiram demonstrar terem alcançado as capacidades de linguagem necessárias para compreensão e produção dos elementos necessários tanto à composição legal, haja vista ser prototípico e definido em lei, quanto à composição linguístico discursiva.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante Schneuwly e Dolz, o ensino de gêneros constitui um ponto de referência concreto para os discentes, uma vez que os dota de “meios de análise das condições sociais efetivas de produção e de recepção de textos” (2004, p. 172).

O gênero jurídico petição inicial segue formatos, propósitos e convenções estipulados pelo domínio discursivo a que pertence. É um gênero textual com uma estrutura

relativamente estável, composto por elementos obrigatórios e opcionais. A admissibilidade deles, no interior do domínio discursivo jurídico, está sujeita à adequação ou não do já estabelecido para o gênero.

De acordo com o desenvolvimento pessoal, cada ser humano foi exposto a um número maior ou menor e importante de gêneros e, dessa forma, aprendeu a reconhecer suas características estruturais e sua adequação a certa situação de ação e pode escolher um modelo textual pertinente à determinada situação. O advogado que pretende produzir uma petição inicial de ação de separação litigiosa cumulada com separação de corpos, mas nunca, efetivamente, precisou fazer este tipo de ação, procurará no intertexto o modelo textual desta petição para poder dar encaminhamento aos seus objetivos.

Todas essas questões devem trabalhadas ainda na Universidade, para que os acadêmicos se apropriem efetivamente do gênero, sua estrutura e funcionamento e isso é possível por meio de atividades com sequências didáticas.

A discussão sobre a temática não se esgota aqui, até porque toda interpretação é incompleta por natureza, ao contrário, abre novas possibilidades de pesquisas tanto na área dos Estudos da Linguagem quanto na área Jurídica.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **Linguistique textuelle**: des genres de discours aux textes. Paris: Nathan, 1999.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979/2003.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari (1994). **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1991. (Coleção Ciências da Educação).

BRASIL. Lei Federal nº nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 Dispõe sobre o Divórcio

BRONCKART, Jean-Paul. Prefácio. In: MACHADO, Anna Raquel. **O diário de leituras**: a introdução de um novo instrumento na escola. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Educ, 2003.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de; CASTILHO, Célia. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo. (org.) **Gramática do português falado**. Campinas: Unicamp/Fapesp, 2002.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004, p. 95-128.

ENGEL, G. I. Pesquisa -Ação. **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. Editora da UFPR

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1987

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Maria Auxiliadora Bezerra. (Orgs.) **Gêneros textuais & ensino**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

VYGOTSKY, Lev Semenovitsh. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise Discursiva 5, 6, 13, 19, 20, 24, 37, 244

Artes 2, 5, 210, 242

B

Biblioteca 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272

C

Cárcere 6, 79, 80, 81, 82, 83, 87, 88

Comentário online 7, 142, 143, 147, 148, 150, 153

D

Desafios 8, 14, 73, 178, 179, 181, 182, 191, 192, 210, 211, 227, 255, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280

E

Espaço 6, 15, 20, 30, 33, 43, 52, 54, 59, 62, 64, 67, 70, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 119, 120, 121, 142, 143, 146, 148, 149, 150, 156, 173, 201, 204, 208, 220, 235, 236, 243, 252, 256, 257, 261, 262, 263, 264, 265, 268, 269, 272, 277, 279, 281, 292, 294, 295, 296

F

Fábula 7, 166, 167, 173, 174, 175, 176, 177

Formação Docente 5, 8, 196, 200, 205, 225

G

Gêneros Textuais 5, 9, 11, 50, 118, 156, 157, 158, 159, 160, 164, 165, 177, 178, 190, 191, 193, 195, 196, 197, 298

Gestor 8, 242, 244, 252

I

Identidade 6, 5, 41, 48, 49, 59, 61, 66, 68, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 86, 180, 207, 226, 229, 240, 242, 243, 244, 245, 247, 253, 254, 282, 290, 292, 298

Interacionismo Sociodiscursivo 5, 6, 1, 2, 5, 12, 157, 158, 160

Internacionalização 5, 8, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 191, 192, 194, 196, 198

J

Juruna 6, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37

L

Letras 2, 5, 11, 12, 14, 22, 36, 50, 78, 89, 108, 154, 164, 165, 172, 192, 197, 206, 207, 208, 209, 224, 236, 241, 242, 245, 256, 257, 261, 262, 271, 274, 283, 284, 296, 298

Libras 5, 8, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 295, 296

Língua Portuguesa 7, 7, 26, 92, 93, 94, 107, 108, 110, 114, 115, 118, 119, 122, 126, 127, 131, 141, 166, 173, 177, 184, 200, 201, 205, 206, 208, 210, 211, 252, 256, 296, 298

Linguística 2, 5, 7, 1, 2, 3, 8, 11, 12, 15, 26, 28, 29, 36, 56, 72, 73, 88, 126, 127, 128, 136, 140, 144, 145, 150, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 170, 180, 184, 185, 192, 196, 214, 218, 244, 254, 281, 282, 284, 298

Livro Didático 5, 7, 92, 94, 99, 100, 104, 107, 108, 114, 117, 118, 121, 123, 272

M

Mediação 8, 5, 6, 11, 98, 201, 204, 261, 284, 285, 286, 288, 290, 292, 294, 295, 296, 297

N

Narrativas Oraís 5, 6, 38, 39, 46, 49

P

Perspectivas 2, 5, 7, 8, 16, 20, 78, 88, 92, 93, 94, 104, 107, 126, 140, 152, 158, 173, 176, 198, 231, 234, 255, 282

Petição Inicial 7, 155, 157, 160, 161, 162, 163, 164

Professor 8, 2, 3, 96, 98, 99, 107, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 161, 163, 166, 171, 172, 173, 176, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 216, 219, 220, 222, 224, 226, 227, 228, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 247, 252, 260, 261, 262, 267, 268, 298

S

Saberes Científicos 2, 5

Saberes e Práticas 6, 26

Signo 6, 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 25, 38, 39, 40, 41, 43, 49, 144, 145, 257

Surdez 278, 279, 280, 284

T

Tempo 6, 7, 10, 22, 27, 36, 40, 43, 44, 47, 59, 60, 61, 67, 68, 70, 72, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 113, 157, 159, 160, 163, 173, 174, 180, 201, 204, 205, 216, 232, 234, 235, 240, 242, 246, 247, 248, 252, 260, 261, 262, 263, 266, 268, 292

Toadas 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E AS NOVAS PERSPECTIVAS DOS SABERES CIENTÍFICOS 5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E AS NOVAS PERSPECTIVAS DOS SABERES CIENTÍFICOS 5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 